

OS LETRAMENTOS E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO ALUNO DE EaD

THE LITERACIES AND CONSTRUCTION OF AUTONOMY OF LEARNER IN DISTANCE LEARNING
EDUCATION MODE

LOS LETRAMIENTOS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA AUTONOMÍA DEL ESTUDIANTE DE EAD –
EDUCACIÓN A DISTANCIA

Simone Aparecida Soares¹

¹Graduada em Letras Português-Inglês (FAFIJAN, 2002), especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (PUC-PR, 2004), e mestranda do curso Interdisciplinar em Ciências Humanas (UTP, 2012).

RESUMO

Este trabalho discute a importância dos letramentos para construção da autonomia do aluno, na modalidade de ensino EaD (Educação a Distância). Concebe-se letramentos como uma condição daqueles indivíduos que são capazes de exercerem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita e mantém com o grupo social formas de interação, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem condições diferenciadas de inserção no mundo letrado. Com esse pressuposto, e baseado na visão de que o processo de ensino aprendizagem na EaD é centrado no aluno e na sua autonomia para aprender e também de utilizar os recursos tecnológicos por meio dos quais são estruturados os cursos, constata-se que o desenvolvimento e a efetividade do processo educativo, nesta modalidade, estão intrinsecamente associados aos letramentos que o aluno possui.

Palavras-chave: Letramentos, Ensino aprendizagem, educação a distância.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of literacies for the construction of learner autonomy in distance learning education mode (distance education). The literacies is conceived as a condition of those individuals who are able to effectively exercise the social practices of reading and writing with the group and maintains social forms of interaction, discursive and cognitive skills that give them different conditions of participation in a literate world. With this assumption and based on the view that the process of teaching and learning in distance learning is student-centered and their autonomy and to learn to use technology resources through which the courses are structured, notes that the development and effectiveness of the educational process in this mode, are intrinsically linked to the literacies that the learner possesses.

Keywords: Literacies, Teaching learning, distance education.

RESUMEN

Este artículo analiza la importancia de los letramientos para la construcción de la autonomía del estudiante, en la modalidad a distancia - EaD (educación a distancia). Se entiende letramientos como una condición de las personas que son capaces de ejercer eficazmente las prácticas sociales de lectura y escritura y que

mantiene con el grupo social formas de interacción, competencias discursivas y cognitivas habilidades que les distinguen condiciones diferenciadas de inserción en el mundo letrado. Con esa suposición y basado en la opinión que el proceso de aprendizaje de enseñanza-aprendizaje está centrado en el estudiante y su autonomía para aprender y utilizar los recursos tecnológicos a través de los cuales son estructurados los cursos, se constata que el desarrollo y la eficacia del proceso educativo, en este modo, son inherentemente asociados a los letramientos que el alumno tiene.

Palabras-clave: Letramientos, Enseñanza aprendizaje, educación a distancia.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe uma discussão sobre a importância dos letramentos¹ para construção da autonomia do aluno na modalidade de ensino EaD, tendo em vista a complexidade do processo de aprendizagem nessa modalidade. Considera-se que um dos grandes desafios da educação é possibilitar uma aprendizagem significativa, permitir ao aluno a construção do conhecimento, levando-se em conta a sua cultura, as experiências individuais e sociais. Além disso, deve-se oferecer um ensino atraente, que atenda as disposições legais, as exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, o interesse do indivíduo, respeitando a sua unicidade, a sua potencialidade e ao mesmo tempo contribuir para ele supere as carências da sua formação básica.

O ensino praticado no século XX e início do século XXI, conforme Alvin Moser (2010), era essencialmente linear e educar era, antes de tudo, uma instrução, uma atividade que pretendia que os alunos se apropriassem dos conhecimentos legados e acumulados pela humanidade. A disciplina, a rigidez do conteúdo, o respeito pela autoridade do professor levava o aluno a aprender. Esse formato do ensino adequava-se à realidade da época e atendia a necessidade do aluno e as exigências da sociedade. Entretanto, numa sociedade pós-moderna, globalizada e com uma tecnologia cada vez mais avançada, o processo de transformação e de mudança faz parte do cenário educacional, provocando mudanças profundas tanto na modalidade EaD quanto na presencial.

A discussão proposta neste trabalho parte da concepção de que ainda há defasagens significativas na educação básica e que comprometem a formação de alunos letrados, mesmo porque os estudos sobre letramentos iniciaram no Brasil a partir da

¹ Compartilha-se com Magda Soares (2002) o entendimento de que há diversas formas de letramento e, por isso, utiliza-se a palavra no plural, em referência aos diferentes domínios que o indivíduo deve possuir para ter acessibilidade às diversas tecnologias da escrita.

década de 1980. Logo, muitos estudantes que frequentaram a escola nas décadas de 1980 e 1990, em alguns casos nos dias hoje, não foram formados com vistas aos letramentos. Sendo assim, mostra-se pertinente discutir sobre a relevância dos letramentos no processo de ensino aprendizagem na EaD, uma vez que essa modalidade é centrada no aluno e na sua autonomia para aprender.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO

O texto é uma máquina preguiçosa que espera muita colaboração do leitor.
Umberto Eco

O ato ler é um processo cognitivo complexo, cuja habilidade exige do leitor mais que uma simples decodificação das palavras, apreender o significado, o sentido e o contexto das informações contidas em diferentes gêneros textuais é uma atividade que depende de uma boa formação educacional e de prática de leitura. Para Paulo Freire “uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que antecipa e se alonga na inteligência do mundo.” (2005, p. 11).

O conceito de compreensão como um processo de decodificação está pautado na concepção da língua como um código, assim ao escrever transformam-se as ideias e os pensamentos em códigos linguísticos, os quais devem ser decodificados posteriormente pelo leitor; a língua é concebida como um veículo, um instrumento; os textos são portadores de significações e ao leitor cabe apreender o sentido desses significados. Logo, compreender é decodificar. Essa concepção de leitura norteou, por muitos anos, o ensino de língua portuguesa no Brasil e embora seja uma visão superada ainda há, em alguns livros didáticos do ensino básico, questões de compreensão textual fundamentadas nesse conceito.

Outra forma de entender o processo de compreensão textual, segundo Marcuschi (2008), é como uma atividade inferencial. Por que atividade? Porque a língua deixa de ser vista como meros códigos e, a partir de uma visão sociointerativa, adquire sentido de atividade, uma vez que se trata de um fenômeno cultural, histórico, social e

cognitivo e que pode variar conforme o contexto dos falantes. A construção de um texto é muito mais complexa do que uma codificação de uma informação, como se fosse possível refletir uma dada realidade ou aquilo que se pensa, pois por meio do emaranhado de palavras constroem-se sentidos, veiculam-se discursos, manifesta-se a forma de ser, estar e agir no mundo. Dessa forma, o ato leitura prevê uma relação interativa entre o leitor e o texto, levando em consideração o conhecimento prévio adquirido pelo leitor, dentre os quais: os conhecimentos linguísticos, culturais, sociais e factuais. Nas palavras de Marcuschi:

A língua é atividade interativa e não apenas forma, e o texto é um evento comunicativo e não apenas um artefato ou produto, a atenção e a análise dos processos de compreensão recaem nas atividades, nas habilidades e nos modos de produção de sentido bem como na organização e condução das informações. Como o texto é um evento que se dá na relação interativa e na sua situacionalidade, sua função central não será a informativa. Os efeitos de sentido são produzidos pelos leitores ou ouvintes na relação com os textos, de modo que as compreensões daí decorrentes são fruto do trabalho conjunto entre produtores e receptores em situações reais de uso da língua. (2008, p. 242)

A compreensão textual, segundo o mesmo autor, é uma construção, criativa e sociointerativa, que se dá por meio de uma relação complexa, na qual interage autor – texto e leitor, formando um sentido. Essa relação ocorre por meio das inferências realizadas pelos leitores, as quais são processos cognitivos em que a partir da informação textual e do contexto (no qual o texto está inserido) constroem-se novas representações semânticas. “Compreender é, essencialmente, uma atividade de relacionar conhecimentos, experiências e ações num movimento interativo e negociado.” (MARCUSCHI, 2008, p. 252)

Deste modo, entende-se que a leitura é muito mais complexa que simples leitura dos códigos, é um processo que inclui a leitura do mundo. O ser humano precisa ler o tempo, a natureza, o choro da criança, compreender as expressões corporais, as máquinas e uma infinidade de textos verbais ou não verbais que circulam no meio social. Todos, assim como os leitores de livros, compartilham a habilidade de decifrar e traduzir signos, mas em todos os casos cabe ao leitor atribuir sentido; é o leitor que confere a um objeto, lugar ou acontecimento certa legibilidade possível dentro de contexto social.

Logo, é também o leitor quem deve atribuir significado a um sistema de signos e depois decifrá-los. Partindo desses pressupostos, constata-se que ler é cumulativo e progressivo; cada leitura nova baseia-se no que o leitor leu antes e, por isso, é impossível pensar a leitura sem considerar a experiência do leitor.

Na sequência serão expostas algumas considerações sobre Letramentos, a fim de compreender melhor o aspecto social da leitura nas sociedades letradas.

LEITURA E LETRAMENTOS

A partir da década de 80 inicia-se uma discussão no Brasil sobre o conceito de Letramento, o termo passou a ser utilizado para referir-se à prática social do uso da língua e propõe uma nova perspectiva para processo de ensino aprendizagem. Tal concepção fundamenta-se no argumento de que o processo de alfabetização não possibilitava as pessoas o domínio das habilidades de leitura e escrita necessárias para participarem das práticas sociais que envolvem a língua. Segundo Kleiman (2007), os estudos do letramento partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas, com múltiplas funções e são inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem.

No Brasil, diferente de outros países, o conceito de letramento foi posto em oposição ao conceito de alfabetização. Este foi entendido como inferior, como uma prática tradicional, uma vez que tratava o ensino da língua como um processo de aquisição de códigos. Porém para Soares:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (2004, p. 14)

Na visão da autora, a indissociabilidade do processo de alfabetização do

letramento decorre da necessidade de se aprender o sistema linguístico de língua, o qual só fará sentido se possibilitar a essa pessoa o acesso a situações reais de uso da língua.

De acordo com Soares (2004), até o Censo de 1940 bastava a pessoa saber escrever o próprio nome para ser considerado alfabetizado; a partir do Censo de 1950 passou-se a exigir a leitura e escrita de um bilhete simples, incorporando um pouco a prática social da leitura; já o critério adotado pelo Censo nos últimos anos leva em questão os anos de escolaridade, pressupondo que no decorrer do processo educativo o indivíduo tenha aprendido a ler e a escrever, bem como fazer uso dessas habilidades no contexto social.

Para Soares (2002), é possível pensar no conceito de letramento para além da concepção de práticas sociais de leitura e escrita ou eventos associados ao uso e a função dessas práticas, ressaltando o estado ou condição de quem participa de eventos em que a escrita é parte integrante da interação entre pessoas e do processo de interpretação dessa interação.

Os eventos de letramentos são definidos como uma situação em que um portador da escrita é parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de seus processos de interpretação. Assim, define-se letramento como “o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e escrita, participam competentemente de eventos de letramento.” (SOARES, 2002, p. 145) Para a autora, essa definição acrescenta ao conceito de letramento a visão de que o indivíduo que domina o uso da leitura e da escrita mantém com o grupo social formas de interação, competências discursivas e cognitivas que lhes permitem um estado e uma condição diferenciada de inserção no mundo letrado.

O avanço das tecnologias de comunicação possibilita a criação de inúmeras formas de gêneros discursivos e permite cada vez mais aos indivíduos interagirem com novas formas de práticas sociais de leitura e escrita. O acesso aos meios eletrônicos de comunicação, como a internet, os textos digitais, entre outros, exigem também novas competências para interagir com tais tecnologias. Por isso, argumenta-se que há diversas formas de letramento e que, portanto, deveria se falar em letramentos e não letramento, pois são necessários diferentes domínios para ter acessibilidade às diversas tecnologias da

escrita. Assim, poderia se falar em letramento na cibercultura, letramento na cultura do papel, letramento científico, entre outros. Considera-se ainda, que se deve compreender os efeitos culturais, cognitivos e sociais decorrentes do contexto de interação com a escrita ou das múltiplas formas de interação com o mundo, o que também permite falar letramentos. Logo:

propõe-se o uso do plural *letramentos* para enfatizar a idéia de que diferentes tecnologias de escrita geram diferentes *estados* ou *condições* naqueles que fazem uso dessas tecnologias, em suas práticas de leitura e de escrita: diferentes *espaços de escrita* e diferentes *mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita* resultam em diferentes *letramentos*. (SOARES, 2002, p. 157)

Na opinião de Rojo, “a escolarização, no caso da sociedade brasileira, não leva à formação de leitores e produtores de textos proficientes e eficazes e, às vezes, chega mesmo a impedi-la” (2009, p. 14). Isto se dá em virtude das práticas de leitura e escrita desenvolvidas na escola durante muitos anos e que, infelizmente persistem em alguns casos, em que professores desconsideram o caráter social e cultural que envolve os gêneros discursivos, os quais são definidos e redefinidos pelas diversas situações de que um sujeito pode participar em sua interação com os outros sujeitos.

Considerando a concepção de Bakhtin (2006), que é o enunciado que produz sentido na sua interação e, portanto, deve-se pressupor que o aluno é um sujeito social, ativo e possui uma base de conhecimento. Como exposto anteriormente, não se pressupõe apenas a leitura de códigos, mas uma leitura de textos, de mundo e que é cumulativa e progressiva. Logo, qualquer prática de ensino que desconsidere a leitura e escrita fora do contexto social não contribui para os letramentos do aluno.

Para Bakhtin (2006), as pessoas interagem na e pela linguagem e os indivíduos que participam desta interação são sujeitos socialmente organizados. Essa interação ocorre por meio dos gêneros do discurso, tipos relativamente estáveis de enunciado, os quais circulam nos diversos meios sociais e estabelecem uma cadeia comunicativa, atendendo uma demanda social. O autor afirma que por esta cadeia, formada por um signo a partir de outros signos já conhecidos, perpassam ideologias.

A partir destes pressupostos torna-se possível, conforme Rojo (2004), pensar acerca da necessidade de práticas que contribuam para os letramentos, permitindo

interpretar os textos associando-os a outros textos e discursos em relação ao contexto social. Pensar, discutir e avaliar as posições e ideologias que constituem seus sentidos; trazer o texto para o cotidiano dos alunos e acessar capacidades diferenciadas de leituras.

Entretanto, Kleiman (2007) considera essa atividade complexa porque envolve uma bagagem cultural diversificada dos alunos que, mesmo antes de entrar na escola, são participantes de atividades cotidianas de grupos que pertencem a uma sociedade letrada e tecnologizada. Para a autora, cabe ao professor determinar, diante deste contexto, quais são as práticas significativas e, conseqüentemente, quais são os textos significativos para a comunidade.

Diante dos desafios que implicam a formação de indivíduos letrados e da importância dos letramentos numa sociedade essencialmente dominada por uma cultura da escrita e pelas tecnologias da informação é que se propõe pensar sobre as implicações dessas competências na construção da autonomia do aluno, no processo de ensino aprendizagem na modalidade de Educação a Distância.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM EM EaD

A partir da política de expansão do Ensino Superior ocorrida no Brasil após a década de 1990, desenvolveu-se uma série de medidas com objetivo de ampliar e democratizar essa modalidade ensino. Dentre elas, está a valorização da Educação a Distância, como uma forma de diversificação do sistema. Em 2001, segundo Mugnol (2009), o Plano Nacional de Educação coloca a EaD como um meio auxiliar e eficaz para o processo de universalização e democratização do ensino, devido as desigualdades regionais e os desafios educacionais que caracterizam o Brasil. Os incentivos governamentais e a demanda de mercado possibilitaram um crescimento significativo e atribuíram a EaD importância dentro do sistema de educação brasileiro.

Segundo Aretio (1987, p. 60 apud Martins, 2010, p. 3), a metodologia de EaD constitui-se como um sistema tecnológico de comunicação de massa e “bidirecional”, por meio do qual diferentes recursos didáticos e a organização tutorial propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes. Desta forma, a interação professor – aluno, que

caracteriza o ensino presencial, é substituída por esse sistema pautado na interação mediada pelos aparatos tecnológicos. Por isso, entende-se que a EaD é uma modalidade educativa mediatizada, uma vez que para construir o conhecimento com o aluno depende de uma complexa articulação desses meios (hipertexto, vídeos, material impresso...) associado a uma organização pedagógica utilizada para construção do conhecimento do aluno. Essas características transformam o modo tradicional de ensino e a noção de tempo e espaço de aprendizagem, exigindo novas competências tanto do professor quanto do aluno para que se efetive o processo de ensino-aprendizagem.

Tal modalidade de ensino fundamenta-se na possibilidade do aluno se tornar protagonista do processo de aprendizagem. O professor assume a postura de acompanhamento, orientação, de incentivo. Cabe ao estudante ter disciplina, maturidade intelectual e responsabilidade para planejar e executar o processo formativo. Ele terá que administrar o tempo, conhecer as tecnologias de comunicação utilizadas, ter domínio da leitura e da escrita nos diferentes gêneros discursivos disponibilizados, para conseguir um bom desempenho no desenvolvimento do curso.

De acordo com Mugnol (2009), o processo educacional a distância é reconhecido como centrado no aluno e mediado pelas tecnologias de comunicação, cuja metodologia prima pela conscientização dos alunos sobre o seu papel para o sucesso das atividades acadêmicas e para o aprendizado.

Para Moser (2010) deve-se considerar a unicidade de cada aluno, ou seja, cada indivíduo possui características próprias que lhes confere um perfil de aprendizagem diferente e unicamente seu. Assim, no processo de ensino-aprendizagem o professor deverá oportunizar as condições necessárias para que o aluno possa desenvolver as suas potencialidades e ao aluno, por sua vez, caberá assumir a responsabilidade pela sua formação. Para o autor, trata-se de uma construção por meio de um diálogo equitativo. Com esse princípio de ensino individualizado é que se fundamenta a metodologia da EaD, por meio da qual cada aluno segue um roteiro de aprendizagem, mas de modo algum estará limitado a ele. Poderá planejar seus estudos de acordo com suas necessidades e singularidades individuais, contando para isso com a orientação do professor e com as tecnologias da informação.

A EaD tem como público-alvo alunos adultos e pode atender pessoas de diferentes

regiões, principalmente aqueles que não tiveram condições para frequentar ensino presencial. São pessoas que não tiveram acesso à educação na idade adequada e que precisam melhorar sua qualificação profissional para conquistar espaço no mercado de trabalho. Por serem alunos adultos, eles têm compromissos com o trabalho e com o sustento da família, por isso, não dispõem de tempo para frequentar regularmente as salas de aulas.

Esse perfil de aluno atendido pela EaD pressupõe, na maioria, pessoas que se encontram afastadas das atividades escolares e que cursaram a educação básica na rede pública de ensino, sendo que muitos deles são formados por de cursos supletivos. Infelizmente, o Brasil ainda mantém índices insatisfatórios quanto à qualidade do ensino brasileiro, segundo relatório de monitoramento global publicado pela UNESCO em março de 2011, o Brasil ocupa 88º lugar de 127 países no ranking da educação.

Esse dado denota os problemas do ensino público brasileiro e o quanto o país está distante de atingir um ensino de qualidade capaz de formar alunos letrados e que possam exercer plenamente e com autonomia tanto as atividades do mundo do trabalho como o próprio processo de aprendizagem, conforme prevê a modalidade de ensino EaD. Salienta-se que é necessário formar o indivíduo para atuar com autonomia e que essa formação depende do desenvolvimento de um ensino capaz de promover ações reflexivas e conscientes sobre o conhecimento produzido e adquirido. Logo, deve-se refletir sobre a formação básica do aluno, momento em que ele desenvolve as competências fundamentais para a construção da sua autonomia.

Se a EaD deve ser centrada no aluno, na autoaprendizagem, o sucesso e a permanência dos alunos no curso dependem essencialmente da base de conhecimento que ele recebeu na educação básica. Principalmente, se ele possui ou não os letramentos que lhe serão imprescindíveis para a construção do seu próprio conhecimento. De acordo com Soares (2002), o domínio do uso da leitura e da escrita permitirá ao indivíduo interagir com o grupo social, lhes fornecerá as competências discursivas e cognitivas que lhes permitem um estado e uma condição diferenciada de inserção no mundo letrado.

Inclui-se ainda neste contexto, o domínio da leitura e da escrita nos diferentes gêneros discursivos que são constantemente inventados e reinventados pelas inovações tecnológicas, que na maioria das vezes não fizeram parte da formação deste aluno, que

precisará adquirir novas competências para interagir e para ter acessibilidade às diversas tecnologias da escrita, ou seja, terá adquirir outras formas de letramentos.

Se por um lado a EaD está centrada na aprendizagem do aluno e para isso depende da sua maturidade intelectual e da sua autonomia, por outro ela só é possível por valer-se das tecnologias da comunicação, uma vez que se trata de uma modalidade educativa mediatizada, sendo assim ela exige que o aluno saiba utilizar essas novas formas de práticas de leitura e escrita. Entende-se que impossível pensar num aluno autônomo, capaz de fazer uso dos recursos disponibilizados pela EaD, sem que ele tenha desenvolvido os letramentos necessários para acessar as diferentes formas de leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, cabe tecer algumas considerações, a primeira delas refere-se ao fato de que o problema da defasagem escolar, que compromete os letramentos dos alunos, não afeta exclusivamente a modalidade de ensino EAD, trata-se uma deficiência que dificulta a atuação dos indivíduos nos inúmeros eventos sociais, uma vez que vivemos em uma sociedade dominada pela escrita.

Porém, conforme exposto no decorrer deste texto, o aluno da EaD precisa mais que o aluno do ensino presencial ter condições de utilizar os meios de comunicação utilizados para construir por si mesmo a sua aprendizagem. No ensino presencial a relação direta professor – aluno facilita o processo comunicativo, que na maioria das vezes se dá via oralidade, já na EaD esse processo se torna mais complexo, numa comunicação de massa e bidirecional, exigindo do estudante uma maturidade intelectual, que só é possível quando ele atinge os letramentos.

Entende-se com base nos conceitos estudados, que o domínio das habilidades necessárias para exercer efetivamente as práticas sociais de leitura e escrita é imprescindível para que o aluno tenha condições para aprender de forma autônoma, como prevê a modalidade EaD. Como ele poderá construir essa autonomia sem ter esse domínio da leitura e da escrita? Conforme discutido, a modalidade em questão é mediada pelas

tecnologias de comunicação e, conseqüentemente, faz uso de diferentes gêneros textuais, o que também exige novas competências para interagir com essas novas tecnologias da escrita. Nesse sentido, compreende-se que o protagonismo do aluno da EaD, no processo de ensino aprendizagem, é vinculado aos letramentos que ele possui.

Diante desta afirmativa, deve-se ser pensar sobre a expansão da oferta de cursos na modalidade EaD que atinge a maioria das regiões brasileiras e atende pessoas socialmente e culturalmente muito distintas. O mosaico que configura a rede de ensino básico no Brasil faz com que se formem alunos com competências muito diferenciadas de uma região para outra, principalmente no que tange ao domínio das tecnologias da escrita e dos diferentes gêneros discursivos. A oferta de cursos padronizados a distância, sem considerar essa realidade, pode comprometer o sucesso do processo de ensino aprendizagem, tendo em vista que ou ofertam cursos que exigem o mínimo dos estudantes para que todos possam executar as atividades ou àqueles que têm defasagem escolar são excluídos do processo por não ser capaz de cumprir com o programa.

É preciso considerar se essa expansão não ocorreu para atender objetivos exclusivamente mercadológicos, massificando o ensino e comprometendo a aprendizagem de milhares de pessoas em todo o Brasil, ou se há nos cursos de EaD uma preocupação em ofertar os conhecimentos básicos, principalmente o aperfeiçoamento das habilidades de leitura e escrita, para facilitar a construção da autonomia do aluno e contribuir para o seu amadurecimento intelectual.

Naturalmente, defende-se que as práticas de letramentos sejam trabalhadas desde a educação básica de modo eficaz em toda rede de ensino brasileira, pois as pessoas dependem desta formação para interagir com o grupo social e adquirir as competências discursivas e cognitivas que lhes permitam um estado e uma condição diferenciada de inserção no mundo letrado. Mas, não é possível pensar um ensino superior de qualidade, principalmente na modalidade EaD, sem suprir as carências provocadas pela defasagem escolar. Da mesma forma que não se pode esperar que aluno tenha autonomia e maturidade intelectual, sem fazer uso dos diferentes letramentos, que são essenciais na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato da Ler: em três artigos que se completam**. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- KLEIMAN, Angela. **Letramento e suas implicações para o ensino de Língua Materna**. Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, dez, 2007. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/portal/?p=213>
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARTINS, Onilza Borges; SÁ, Ricardo Antunes de. **Fundamentos, Políticas e legislação em EAD**. Curso de Especialização para Formação de Docentes e de Orientadores Acadêmicos. Curitiba: Grupo Uninter, 2010.
- MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 15. Ed. SP: Papyrus, 2009.
- MOSER, Alvino. **Complexidade e Educação a Distância**. Curso de Especialização para Formação de Docentes e de Orientadores Acadêmicos. Curitiba: Grupo Uninter, 2010.
- MUGNOL, Márcio. **A Educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2738&dd99=view>
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- SOARES, Magda. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, Jan. Fev. Mar. Abr. 2004 N. 25. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>.
- _____. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-efa-development-index.pdf>. Consultado em: 19/06/12 às 16h14.